

O SUCESSO DA GREVE É RESULTADO DO SEU APOIO

A categoria respondeu à altura todo desrespeito do governo com as promessas feitas e descumpridas, desafiou todas as tentativas de desqualificar e desmoralizar a greve e saiu de cabeça erguida após 52 dias de paralisação. O resultado ainda não é o que os professores e professoras merecem, mas conquistamos avanços importantes na reestruturação do Plano de Carreira, além de um auxílio saúde de R\$ 200,00. Estes avanços não seriam possíveis não fosse o envolvimento e a participação da comunidade, do movimento estudantil e de todos e todas que acreditam que a educação pode fazer a diferença em nosso país.



O apoio da população foi nítido em cada atividade de convencimento, nas passeatas e caminhadas, nas assembleias, nas obstruções e ocupação de vias em horários estratégicos, durante o acampamento de 23 dias em frente ao Buriti, na ocupação pacífica da Secretaria de Administração do GDF, nas manifestações em eventos oficiais do governo. Foi justamente toda garra, determinação, vontade, doação e o pedido de respeito aos professores(as) por parte da comunidade que fez a diferença nesta campanha, que ficará na história de luta de nossa categoria.

REPOSIÇÃO DAS AULAS: UM COMPROMISSO COM NOSSOS(AS) ALUNOS(AS)

A reposição das aulas durante os 52 dias de greve dos(as) professores(as) da rede pública de ensino é um compromisso que a categoria tem com os alunos e alunas. Para que os estudantes não fiquem prejudicados em seu ano letivo solicitamos que os pais entendam a im-

portância desta reposição e levem seus filhos às escolas normalmente. A reposição dos 35 dias úteis de aulas ocorrerá aos sábados até, no máximo, 29 de dezembro deste ano. Nossa compromisso é com uma escola pública de qualidade.

GESTÃO DEMOCRÁTICA: UMA LUTA HISTÓRICA DAS(OS) PROFESSORAS(ES)

A pós uma espera de treze anos, finalmente, os diretores e vice-diretores das 649 escolas públicas do Distrito Federal serão escolhidos pela própria comunidade escolar (professores, funcionários, alunos e pais de alunos). Não haverá mais escolha antecipada por parte do governo dos nomes a serem votados para as funções, ao contrário do que ocorria até agora.

Luta histórica das professoras e dos professores e item permanente de nossa pauta de reivindicações, a Lei da Gestão Democrática da Rede Pública de Ensino do DF (Lei nº 4.751/11) foi sancionada pelo governador no dia 7 de fevereiro deste ano. O GDF tem 180 dias da data da publicação da Lei para promover as eleições nas escolas, o que significa que elas devem ocorrer até agosto deste ano.

As professoras e os professores do DF nunca desistiram de resgatar a democracia nas escolas e sempre lutaram pelo restabelecimento da verdadeira participação da comunidade na definição do projeto político-pedagógico das escolas. Com o apoio decisivo da

então deputada Rejane Pitanga (PT-DF), estivemos em mais de um momento na Câmara Legislativa (CLDF) para debater a matéria com os parlamentares.

A pronta mobilização da categoria, em especial no dia da votação no plenário da CLDF, foi determinante para que fossem mantidos os princípios que sempre defendemos como fundamentais para a democracia não só nas escolas, mas no sistema educacional como um todo. Assim, a lei foi aprovada em dezembro do ano passado por unanimidade pela Câmara. Uma vitória para toda a comunidade escolar.



NOSSA LUTA AINDA NÃO TERMINOU

A pós 52 longos dias de greve, suspendemos nossa paralisação mediante a assinatura de um acordo com o governo, mediado pela CUT Nacional, CUT-DF, OAB, UnB e parlamentares distritais e federais. Contudo nossa categoria permanece mobilizada em "estado de greve" até que o GDF cumpra os compromissos assumidos, bem como atenda o restante dos itens de nossa pauta de reivindicações.

Em nossas reuniões com o governo, pós-greve, pontos importantes do nosso Plano de Carreira, que não causam impacto financeiro, continuam sendo negociados. O desfecho do debate sobre as questões de impacto financeiro se dará a partir de setembro, mês em que, segundo o próprio governo, ele terá clara a situação

financeira do DF.

Cabe ressaltar que o auxílio de R\$ 200,00 que consta no acordo não é o Plano de Saúde que reivindicamos e que nos foi prometido por esse e outros governos desde 2005. Destacamos também que esses R\$ 200,00 não significam reajuste salarial, isso nós ainda não tivemos este ano. Não abrimos mão da reposição salarial, pois nossa categoria é a que recebe um dos menores salários dentre as demais categorias de nível superior do GDF.

Outros itens de nossa pauta, de relevante importância para a educação no DF, também ainda não foram atendidos como, por exemplo, reformar e construir escolas, bem como ampliar a rede de atendimento com creches; melhorar a seguran-

ça em todos os estabelecimentos escolares; instalar laboratórios de informática e de ciências nas escolas; criar, recuperar e ampliar os centros interescolares de línguas; ampliar o atendimento na EJA, em todas as cidades do DF; criar espaço e estrutura adequadas para a prática de educação física.

Constam também em nossa pauta de reivindicações: garantir aos alunos da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental as disciplinas de educação física e de artes na grade horária, com professor habilitado; garantir o funcionamento das escolas parque, e implantá-las onde não houver, em todas as cidades do DF; garantir em todas as escolas instalações adaptadas que permitam o acesso de portadores de necessidades especiais; entre outros.

ESCOLAS PÚBLICAS DO DF EM SITUAÇÃO PRECÁRIA

Os problemas na maioria das escolas públicas do DF continuam sem solução. Lanche de má qualidade nas escolas, apesar de o GDF devolver todos os anos quase a metade da verba da merenda ao MEC; salas de aula superlotadas; centenas de alunos estudando em escolas de madeirite e outras milhares em prédios totalmente degradados (o que levou, inclusive, a óbito um aluno do Paranoá em 2011); e mais de 500 escolas públicas com bibliotecas e salas de leitura fechadas são alguns dos problemas encontrados por alunos e professores. Tudo isto tem prejudicado o desenvolvimento do trabalho pedagógico, refletindo nas condições de trabalho das professoras e professores e no desempenho dos estudantes.

Um dos exemplos é a Escola Classe 44 de Ceilândia. Obrigada a matricular 440 alunos vindos de outras escolas da região, a direção não tem carteiras e cadeiras suficientes, lanches, livros e professores para atender o aumento no número de estudantes. Para não paralisar as aulas, os professores tiveram de recolher cadeiras dos laboratórios, copa, guarita e até mesmo trazer de casa para acomodar todos nas salas de aula. No Centro de Ensino Fundamental Ponte Alta de Baixo as aulas chegaram a ser paralisadas no início do ano devido às péssimas condições da estrada que dá acesso à escola.

A construção de novas escolas, a reforma nas já existentes e a melhoria nas condições de trabalho dos professores(as) fazem parte da luta do Sinpro-DF e são defendidas pelo Sindicato como fundamentais para uma educação de qualidade. Isto é obrigação do governo.



INVESTIR NA EDUCAÇÃO É UMA QUESTÃO DE VONTADE POLÍTICA

O DF é uma unidade rica da federação, se comparada à maioria das unidades. Além de ter um PIB (Produto Interno Bruto) alto e receber recursos da União por meio do Fundo Constitucional do DF. A previsão é de que esse repasse seja de quase R\$ 10 bilhões neste ano. Desse total, 52% vão para a Segurança, 26,14% para a Saúde e 21,85% vão para a Educação.

Do percentual de 21,85% que vai para a Educação, cerca de R\$ 285 milhões são usados para outras despesas e não para pagamento de Pessoal. Ou seja, se quisesse o GDF poderia usar 100% dos recursos do Fundo para pagar pessoal da Educação (como já faz com a Saúde) e diminuir assim o percentual de recursos próprios que entram no cálculo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A situação fiscal do GDF também é bastante confortável. O DF acumula um superávit de R\$ 716,7 milhões e, em 2012, contará com um Orçamento de R\$ 29,4 bilhões, o maior de toda a história.

No entanto, embora a situação fiscal seja estável, o volume de recursos seja o maior da história e se trate de "cidade rica" em comparação com as outras unidades da federação, a aplicação em áreas prioritárias tem se limitado ao mínimo ou pouco mais do que o mínimo legalmente exigido. No que se refere à Educação, o GDF tem aplicado apenas 1,83% do PIB do DF para manutenção e desenvolvimento do ensino.

CONSTA DA NOSSA PAUTA:

- Garantir os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e do Fundo Constitucional em educação pública como previsto em lei, sem qualquer desvio de finalidade.
- Garantir a aplicação, mínima, de 25% da arrecadação do GDF em educação, conforme a lei.